

NÍVEL PRIMÁRIO



Educação básica

Data de atualização: 05/2019

Nível primário

Em setembro de 2015, os 193 Estados-membros das Nações Unidas aprovaram por unanimidade os 17 objetivos que compõem a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O nível primário é contemplado no Objetivo nº 4: “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas”. Entre as metas no âmbito desse objetivo, pede-se aos Estados para “assegurar que todas as meninas e todos os meninos completem a educação primária e secundária, que deve ser gratuita, equitativa e de qualidade e produzir resultados de aprendizagem relevantes e eficazes” e “assegurar que todos os estudantes adquiram os conhecimentos teóricos e práticos necessários para promover o desenvolvimento sustentável, através da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global, valorização da diversidade cultural e contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável”.

Estrutura e obrigatoriedade

O nível primário é a segunda etapa escolar dos sistemas nacionais de educação e faz parte da educação básica. A idade de referência do nível primário abrange, a depender do país, crianças entre 6 e 12 anos. O nível primário é obrigatório em todos os Estados da região latino-americana. Ao todo, esse grupo populacional, composto de aproximadamente 74,5 milhões de crianças, representa 12% da população total.

De acordo com o Sistema de Classificação Internacional Normalizada da Educação – CINE (*International Standard Classification of Education – ISCED*) desenvolvido pela UNESCO, os programas educacionais de nível primário (CINE 1) estão voltados a proporcionar habilidades básicas em leitura, escrita e matemática, bem como estabelecer as bases para a aprendizagem e compreensão de áreas essenciais do conhecimento e para o desenvolvimento pessoal e social, como o preparo para a educação secundária baixa.

Trata-se de programas educacionais de baixa especialização, em que, de modo geral, um professor é responsável por uma turma de alunos. As atividades educacionais costumam ser organizadas por unidades, projetos ou áreas de aprendizagem. Normalmente, o único requisito para ingressar no nível primário é atingir a idade estipulada.

Estrutura do nível primário (CINE 1) por país, 2018

País		IDADE					
		6	7	8	9	10	11
Argentina	DO	Primária					
Bolívia	DO	Educação Primária Comunitária Vocacional					
Brasil	DO	Ensino Fundamental					
Chile	DO	Educação Básica					
Colômbia	DO	Educação Básica Primária					
Costa Rica	DO	Educação Geral Básica Primária					
Cuba	DO	Educação Primária					
Equador	DO	Educação Geral Básica					
El Salvador	DO	Educação Básica					
Guatemala	DO	Educação Primária					
Honduras	DO	Educação Básica					
México	DO	Educação Básica Primária					
Nicarágua	DO	Educação Primária Regular					
Panamá	DO	Educação Primária					
Paraguai	DO	Educação Escolar Básica					
Peru	DO	Primária					
Rep. Dominicana	DO	Nível Básico					
Uruguai	DO	Primária					
Venezuela	DO	Primária					

Fonte: SITEAL, com base na legislação de cada país.

DO = Denominação original.

Cobertura

O acesso ao nível primário está perto de tornar-se universal em toda a América Latina. No final da década de 2010, em 14 dos 18 países latino-americanos considerados, a taxa de escolaridade de crianças de 6 a 11 anos era superior a 97%. Em El Salvador e Honduras, ficava entre 95% e 97%. Na Nicarágua, 89,7% das crianças entre 6 e 11 anos frequentavam a escola, enquanto na Guatemala, 84,8%.

A conclusão do nível primário está amplamente estendida. No final da década de 2010, a proporção de adolescentes com idade entre 15 e 17 anos que concluíram o nível primário era superior a 95% em 11 dos 18 países latino-americanos considerados. Na Bolívia, Paraguai e República Dominicana, entre 92% e 95%. Em El Salvador e Honduras, ficava entre 87% e 90%. Na Guatemala, 75,3% dos adolescentes de 15 a 17 anos que iniciaram o nível primário concluíram os estudos. Na Nicarágua, 74,8%.

A transição ao nível secundário entre os estudantes que concluíram a educação primária está amplamente estendida. No final da década de 2010, a proporção de adolescentes de 15 a 17 anos que ingressaram no nível secundário após concluírem a educação primária era superior a 95% em 10 dos 18 países latino-

americanos considerados. Na Bolívia, Panamá, El Salvador, Paraguai e Costa Rica, entre 93% e 95%. Na Nicarágua, 88,4% dos adolescentes entre 15 e 17 anos que concluíram o nível primário iniciaram o nível secundário. Na Guatemala, 76,0% e, em Honduras, 70,1%.

Em 2013, a OREALC/UNESCO Santiago realizou a aplicação do Terceiro Estudo Regional Comparativo e Explicativo (TERCE) em 15 países latino-americanos e um Estado subnacional. O objetivo era medir as conquistas de aprendizagem em leitura e escrita, matemática e ciências por alunos do 3º e 6º anos do nível primário. Na República Dominicana e Paraguai, mais de um terço e, no Panamá, Nicarágua e Honduras, mais de um quarto dos estudantes do 6º ano obtiveram baixo desempenho em leitura. No Equador, Guatemala, Peru e Argentina, essa proporção variou entre 20,8% e 16,7% e, no Uruguai, Brasil, Colômbia e México, entre 11,3% e 9,6%. No Chile e Costa Rica, menos de 5% dos alunos do 6º ano do nível primário tiveram baixo desempenho em leitura.

Taxa de frequência escolar de crianças de 6 a 11 anos. Conclusão e transição ao nível secundário de adolescentes de 15 a 17 anos. Desempenho em leitura de alunos do 6º ano do nível primário. América Latina, por volta de 2015.

País	Taxa de frequência, 6 a 11 anos (em %)	% de população entre 15 e 17 anos que...		% de alunos com baixo desempenho em leitura, 6º ano (2013)
		...iniciou e concluiu o nível primário	...concluiu o nível primário e iniciou o nível secundário	
Argentina	98,7	99,2	97,1	16,7
Bolívia (EP)	98,0	94,9	94,6	s/d
Brasil	98,9	96,5	97,9	11,0
Chile	99,5	98,9	99,7	4,8
Colômbia	97,6	96,9	96,2	9,7
Costa Rica	99,1	97,5	93,1	4,5
Equador	99,2	97,0	95,2	20,8
El Salvador	95,7	89,8	94,0	s/d
Guatemala	84,8	75,3	76,0	20,5
Honduras	95,3	87,7	70,1	25,2
México	99,1	98,6	95,6	9,6
Nicarágua	89,7	74,8	88,4	25,6
Panamá	98,8	96,8	94,1	25,8
Paraguai	98,3	94,3	93,8	33,8
Peru	97,3	97,7	97,1	18,4
República Dominicana	97,2	92,7	98,6	37,8
Uruguai	99,5	98,3	95,3	11,3
Venezuela (RB)	98,0	95,8	95,4	s/d

NOTA: As informações da Argentina correspondem apenas às áreas urbanas.

Fonte: SITEAL, com base nas Pesquisas Domiciliares de cada país, e TERCE OREAL/UNESCO.

Política educacional

A política educacional voltada à etapa de escolaridade obrigatória é composta pelo conjunto articulado, regulamentado e direcionado de investimentos, bens, serviços e repasses, por parte dos Estados, para garantir o direito à educação. Também contempla as decisões e a capacidade que os Estados demonstram para sustentar o sistema educacional e reduzir as diferenças de escolaridade entre os diferentes grupos sociais.

Os recursos destinados pelos Estados para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem da população dentro do sistema educacional estão concentrados em pelo menos quatro focos. O primeiro foco de intervenção da política educacional são os professores. Assim, a maior parte dos recursos destinados à educação é utilizada para a formação inicial e continuada de docentes e salários.

Formação docente (inicial e em serviço)	
Denominação	Ênfase em inclusão e equidade
“Educación Sexual Integral” (“Educação Sexual Integral”, em tradução livre) (Argentina)	<i>Não há registro.</i>
“Rede Nacional de Formação Continuada de Professores” (Brasil)	<i>Não há registro.</i>
“Programa de Apoyo a la Docencia: Red Maestros de Maestros” (“Programa de Apoio à Docência: Rede Professores de Professores”) (Chile)	<i>Não há registro.</i>
“Todos aprender: Programa para la Transformación de la Calidad Educativa “ (“Todos aprender: Programa para a Transformação da Qualidade Educacional”) (Colômbia)	Formação de tutores para fortalecer a interação docente/comunidade educacional.
“Unidades Educativas del Milenio” (“Unidades Educacionais do Milênio”) (Equador)	Áreas geográficas com alta concentração de crianças socialmente vulneráveis.
“Programa Nacional de Infraestructura para la Universalización de la Educación con Calidad y Equidad” (“Programa Nacional de Infraestrutura para a Universalização da Educação com Qualidade e Equidade”) (Equador)	Áreas geográficas com alta concentração de crianças socialmente vulneráveis, déficits nos serviços educacionais, com populações indígenas e afrodescendentes.
“Sistema Integral de Tecnologías para la Escuela y la Comunidad” (“Sistema Integral de Tecnologias para a Escola e a Comunidade”) (Equador)	<i>Não há registro.</i>
“Programa Cerrando la Brecha de Conocimiento” (“Programa Fechando a Lacuna de Conhecimento”) (El Salvador)	<i>Não há registro.</i>
Programa Presidencial “Una niña, un niño, una computadora” (“Uma menina, um menino, um computador”) (El Salvador)	<i>Não há registro.</i>
“Programa Atención a Estudiantes con Desempeño Sobresaliente” (“Programa de Atendimento a Estudantes com Desempenho Excepcional”) (El Salvador)	<i>Não há registro.</i>
“Comprometidos con Primero” (“Comprometidos com o Primeiro Ano”) (Guatemala)	<i>Não há registro.</i>
“Programa Aprender, Emprender, Prosperar” (“Programa Aprender, Realizar, Prosperar”) (Nicarágua)	<i>Não há registro.</i>
“Programa Educativo Logros de Aprendizaje” (“Programa Educacional Conquistas de Aprendizagem”) (Peru)	<i>Não há registro.</i>
“Bebé, Piénsalo Bien” (“Bebê, pense bem”) (Uruguai)	<i>Não há registro.</i>
“Plano Ceibal” (Uruguai)	<i>Não há registro.</i>

<p>“Programa Maestros Comunitarios” (“Programa Professores Comunitários”) (Uruguai)</p>	<p>Formação de docentes tutores para o acompanhamento personalizado de estudantes.</p>
---	--

Fonte: SITEAL com base nos documentos oficiais disponíveis nos sites dos órgãos estatais de cada país.

O segundo foco de intervenção é a infraestrutura educacional. Um grande volume de recursos é destinado para manter, expandir, reabilitar, equipar e fornecer tecnologia para a rede de serviços educacionais.

Infraestrutura, equipamentos e fornecimento de tecnologia	
Denominação	Ênfase em inclusão e equidade
<p>“Programa Integral para la Igualdad Educativa” (“Programa Integral para a Igualdade Educacional”) – PIIE (Argentina)</p>	<p><i>Não há registro.</i></p>
<p>“Programa de Apoyo a la Política de Mejoramiento de la Equidad” (“Programa de Apoio à Política de Melhoria da Equidade Educacional”) Educativa (Argentina)</p>	<p><i>Não há registro.</i></p>
<p>“Proyectos de Telecentros Educativos Comunitarios” (“Projetos de Telecentros Educacionais Comunitários”) (Bolívia)</p>	<p><i>Não há registro.</i></p>
<p>“Me conecto para aprender” (Chile)</p>	<p><i>Não há registro.</i></p>
<p>“Yo Elijo Mi PC” (“Eu Escolho Meu PC”) (Chile)</p>	<p>Adolescentes matriculados em escolas pertencentes aos 40% mais vulneráveis da população, com alto desempenho acadêmico.</p>
<p>“Todos aprender: Programa para la Transformación de la Calidad Educativa” (“Todos aprender: Programa para a Transformação da Qualidade Educacional”) (Colômbia)</p>	<p><i>Não há registro.</i></p>
<p>“Programa Nacional de Informática Educativa” (“Programa Nacional de Informática Educacional”) – PRONIE MEP-FOD (Costa Rica)</p>	<p><i>Não há registro.</i></p>
<p>“Unidades Educativas del Milenio” (“Unidades Educacionais do Milênio”) e “Programa de Infraestructura Educativa” (“Programa de Infraestrutura Educacional”) (Equador)</p>	<p>Áreas geográficas com alta concentração de crianças socialmente vulneráveis.</p>
<p>“Programa Nacional de Infraestructura para la Universalización de la Educación con Calidad y Equidad” (“Programa Nacional de</p>	<p>Áreas geográficas com alta concentração de crianças socialmente vulneráveis,</p>

Infraestrutura para a Universalização da Educação com Qualidade e Equidade”) (Equador)	déficits nos serviços educacionais, com populações indígenas e afrodescendentes.
“Sistema Integral de Tecnologías para la Escuela y la Comunidad” (“Sistema Integral de Tecnologías para a Escola e a Comunidade”) (Equador)	<i>Não há registro.</i>
“Programa Cerrando la Brecha de Conocimiento” (“Programa Fechando a Lacuna de Conhecimento”) (El Salvador)	<i>Não há registro.</i>
Programa Presidencial “Una niña, un niño, una computadora” (“Uma menina, um menino, um computador”) (El Salvador)	<i>Não há registro.</i>
“Programa para la Inclusión y la Equidad Educativa” (“Programa de Inclusão e Equidade Educacional”) (México)	Adaptação de instituições de ensino a estudantes com deficiência.
“Mi Escuela Primero” (“Minha Escola Primeiro”) (Panamá)	<i>Não há registro.</i>
“Programa Nacional de Infraestructura Educativa” (“Programa Nacional de Infraestrutura Educacional”) – PRONIED (Peru)	<i>Não há registro.</i>
“Programa Nacional de Edificaciones Escolares” (“Programa Nacional de Construção de Escolas”) – PNEE (República Dominicana)	Escolas de nível básico e nível médio em 21 das 31 províncias do país.
“Plano Ceibal” (Uruguai)	<i>Não há registro.</i>
“Canaima Educativo” (“Canaima Educacional”) (Venezuela)	<i>Não há registro.</i>

Fonte: SITEAL, com base nos documentos oficiais disponíveis nos sites dos órgãos estatais de cada país.

Um terceiro foco de intervenção da política educacional são os recursos e ações para definir os conteúdos curriculares e estabelecer modelos para sua gestão nas escolas.

Currículo, modelo de gestão e modalidades educacionais	
Denominação	Ênfase em inclusão e equidade
“Programa de Alfabetización ENCuentro” (“Programa de Alfabetização ENCONTRO”) (Argentina)	Modalidade educacional voltada a pessoas a partir de 15 anos e analfabetas, incluindo a população em situação de privação de liberdade.
“Educación Sexual Integral” (“Educação Sexual Integral”) (Argentina)	<i>Não há registro.</i>
“Programa Nacional de Alfabetización y Post-Alfabetización” (“Programa Nacional de Alfabetização e Pós-Alfabetização”) (Bolívia)	Modalidade educacional destinada a pessoas a partir de 15 anos que residem principalmente em áreas rurais.

<p>“Contigo Aprendo” (“Com Você Aprendo”) (Chile)</p>	<p>Modalidade educacional destinada a pessoas com menos de 15 anos que nunca tiveram acesso ao sistema educacional ou que não completaram pelo menos o 4º ano da educação básica.</p>
<p>“Programa Nacional de Etnoeducação” (“Programa Nacional de Etnoeducación”) (Colômbia)</p>	<p>Modalidade educacional voltada a grupos étnicos.</p>
<p>“Programa Nacional de Etnoeducação” (“Programa Nacional de Etnoeducación”) (Colômbia)</p>	<p>Modalidade educacional voltada a adolescentes e jovens com mais de 15 anos e à população em situação de deslocamento.</p>
<p>“Todos a aprender:</p>	<p>Modelo de gestão voltado à inclusão, com base em tutorias.</p>
<p>“Yo me apunto” (“Eu me envolvo”) (Costa Rica)</p>	<p>Modalidade educacional voltada a alunos do 3º ciclo de Educação Geral Básica e Educação Diversificada com escolaridade não concluída.</p>
<p>“Programa de Educación para la afectividad y Sexualidad” (“Programa de Educação para a Afetividade e Sexualidade”) (Costa Rica)</p>	<p><i>Não há registro.</i></p>
<p>“Educación de la Sexualidad con Enfoque de Género y Derechos Sexuales” (“Educação da Sexualidade com Abordagem de Gênero e Direitos Sexuais”) (Cuba)</p>	<p><i>Não há registro.</i></p>
<p>“Siempre es momento para aprender” (“Sempre é hora de aprender”) (Equador)</p>	<p>Modalidade educacional voltada a adolescentes e jovens de até 21 anos com atraso escolar severo ou escolaridade não concluída.</p>
<p>“Sistema Integral de Tecnologías para la Escuela y la Comunidad” (“Sistema Integral de Tecnologias para a Escola e a Comunidade”) (Equador)</p>	<p>Conteúdo digital em línguas indígenas.</p>
<p>“Sistema Integrado de Escuela Inclusiva de Tiempo Pleno” (“Sistema Integrado de Escola Inclusiva de Tempo Integral”) – SI EITP (El Salvador)</p>	<p>Modelo de gestão voltado à inclusão, baseado, entre outras estratégias, na ampliação da jornada escolar.</p>
<p>“Educación Integral de la Sexualidad” (“Educação Integral da Sexualidade”) – EIS (El Salvador)</p>	<p><i>Não há registro.</i></p>
<p>“Programa de Educación Inicial y Básica para la Población Rural e Indígena” (“Programa de Educação Infantil e Básica para a População Rural e Indígena”) (México)</p>	<p>Oferta educacional de base comunitária em áreas geográficas com alta concentração de população indígena.</p>
<p>“Campaña Nacional de Alfabetización De Martí a Fidel” (“Campanha Nacional de</p>	<p>Modalidade educacional voltada a comunidades de difícil acesso e sem acesso à energia elétrica.</p>

Alfabetização De Martí a Fidel") (Nicarágua)	
"Muévete por Panamá" ("Mova-se pelo Panamá") (Panamá)	Modalidade educacional voltada a pessoas analfabetas com mais de 15 anos.
"Paraguay Lee y Escribe" ("O Paraguai Lê e Escreve") (Paraguai)	Modalidade educacional voltada a jovens e adultos analfabetos com mais de 15 anos.
"Jornada Escolar Extendida" ("Jornada Escolar Ampliada") – JEE (República Dominicana)	<i>Não há registro.</i>
"Escuelas de Tiempo Completo" ("Escolas de Tempo Integral") (ETC) (Uruguai)	Modalidade educacional voltada à população socialmente vulnerável.
"Misión Robinson" ("Missão Robinson") (Venezuela)	Modalidade educacional destinada a crianças e adolescentes com escolaridade não concluída e conteúdo pedagógico em línguas indígenas.

Fonte: SITEAL, com base nos documentos oficiais disponíveis nos sites dos órgãos estatais de cada país.

Por fim, em muitos casos mobilizando recursos *de e para* os focos de intervenção mencionados anteriormente, registra-se uma série de ações para expandir as oportunidades de acesso, permanência e aprendizagem dentro do sistema educacional. Esse conjunto de ações foi agrupado no quarto e último foco de intervenção da política educacional, que foi chamado de "inclusão e equidade". Em geral, essas intervenções têm como público os grupos sociais e as áreas geográficas onde são registradas as menores taxas de escolaridade, onde é maior a proporção de crianças e adolescentes que interromperam precocemente suas trajetórias escolares e/ou onde são observadas dificuldades para a apropriação dos conteúdos curriculares.

Os grupos priorizados são crianças, adolescentes e jovens que residem em áreas rurais ou afastadas, que fazem parte de famílias com carência material persistente, deficientes, pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, entre outras causas, devido à sua etnia, status migratório, práticas culturais, identidade de gênero ou orientação sexual.

No conjunto de experiências agrupadas no foco "inclusão e equidade", destacam-se as que dependem do repasse direto de recursos financeiros e bens (alimentos, livros didáticos, uniformes, entre outros) para famílias, crianças e adolescentes escolarizados ou, ainda, para os responsáveis pela gestão das instituições de ensino.

Em outros casos, o foco "inclusão e equidade" se configura como o agrupamento transversal de recursos e ações voltadas a professores, infraestrutura, conteúdo curricular e modelos de gestão.

Além disso, a adequação da infraestrutura escolar destinada a facilitar o processo de escolarização de pessoas com deficiência, a formação de

professores tutores especializados no acompanhamento personalizado de alunos e as modalidades educacionais voltadas à inclusão de populações historicamente atrasadas (modalidade especial, comunidade indígena, etnoeducação, à distância ou semipresencial, em penitenciárias, entre outras) são algumas das experiências contempladas no referido foco de intervenção.

Repasse direto de verbas e bens voltados à inclusão e equidade
"Asignación Universal por Hijo" ("Atribuição Universal por Filho") – AUH (Argentina)
"Programa Nacional de Alimentación Complementaria Escolar" ("Programa Nacional de Alimentação Complementar Escolar") (Bolívia)
"Programa Bolsa Família" / "Programa Nacional de Alimentação Escolar" / "Programa Nacional do Livro Didático" (Brasil)
"Bono Logro Escolar" ("Benefício Conquista Escolar") / "Beca de Apoyo a la Retención Escolar" ("Bolsa de Apoio à Retenção Escolar") (Chile)
"Programa de Alimentación Escolar" ("Programa de Alimentação Escolar") / "Más Familias en Acción" ("Mais Famílias em Ação") / "Avancemos" (Colômbia)
"Programa de Becas" ("Programa de Bolsas") / "Programa de Alimentación y Nutrición Escolar" ("Programa de Alimentação e Nutrição Escolar") / "Programa Transporte Estudiantil" ("Programa Transporte Estudantil") (Costa Rica)
"Bono de Desarrollo Humano" ("Benefício de Desenvolvimento Humano") / "Programa de Alimentación Escolar" ("Programa de Alimentação Escolar") (Equador)
"Programa de Vaso de Leche Escolar" ("Programa Copo de Leite Escolar") / "Dotación de Uniformes, Zapatos y Útiles Escolares" ("Fornecimento de Uniformes, Calçados e Material Escolar") / "Programa de Alimentación y Salud Escolar" ("Programa de Alimentação e Saúde Escolar") / "Sistema Integrado de Escuela Inclusiva de Tiempo Pleno" ("Sistema Integrado de Escola Inclusiva de Tempo Integral") – SI EITP (El Salvador)
"Mi Bono Seguro" ("Meu Benefício Seguro") / "Programa Tarjeta Para Alimentos" ("Programa Cartão de Alimentação") / "Comprometidos con Primero" ("Comprometidos com o Primeiro Ano") (Guatemala)
"Bono Vida Mejor" ("Benefício Vida Melhor") / "Programas Escuelas Saludables" ("Programas Escolas Saudáveis") (Honduras)
"Programa Albergues Escolares Indígenas" ("Programa Abrigos Escolares Indígenas") / "Programa Libros de Texto" ("Programa Livros Didáticos") / "Programa Inclusión Educativa" ("Programa Inclusão Educacional") (México)
"Programa Beca Universal" ("Programa Bolsa Universal") (Panamá)
"Programa de Provisión de Útiles Escolares" ("Programa de Fornecimento de Materiais Escolares") / "Programa Tekoporá" / "Escuela Viva" ("Escola Viva") (Paraguai)
"Programa Nacional de Apoyo Directo a los más Pobres" ("Programa Nacional de Apoio Direto aos Mais Pobres") – Juntos (Peru)
"Jornada Escolar Completa" (Peru)
"Programa de Alimentación Escolar" ("Programa de Alimentação Escolar") – PAE (Rep.)

Fonte: SITEAL, com base nos documentos oficiais disponíveis nos sites dos órgãos estatais de cada país.



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



**Instituto Internacional de
Planejamento Educacional**
• IIPE UNESCO Buenos Aires
• Escritório para a América Latina

SITEAL | EDUCAÇÃO
BÁSICA

